



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 5 | AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### AVALIAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

EVALUATION OF IMPLEMENTATION OF THE STUDENT ASSISTANCE POLICY OF THE MARANHÃO STATE UNIVERSITY

Brenda Vanessa Pereira Soares<sup>1</sup>

#### RESUMO

Avaliação do processo de implementação da assistência estudantil da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2018, com ênfase nos fatores que facilitam ou impedem o alcance dos resultados previstos pelo programa. Utiliza-se da pesquisa avaliativa como metodologia. Como resultado, foi possível apreender que apesar das dificuldades (capacitação de implementadores, dificuldades nos repasses dos recursos financeiros para custeio das bolsas) é inegável a grande contribuição que as ações de assistência estudantil da UEMA têm tido para a permanência dos estudantes na educação superior pública do Estado do Maranhão.

**Palavras-Chaves:** Assistência Estudantil. Avaliação. UEMA.

#### ABSTRACT

Evaluation of the student assistance implementation process at the State University of Maranhão in 2018, with emphasis on the factors that facilitate or hinder the achievement of the results foreseen by the program. Evaluative research is used as a methodology. As a result, it was possible to apprehend that despite the difficulties (training of implementers, difficulties in the transfer of financial resources to fund scholarships), the great contribution that UEMA student assistance actions have made to the permanence of students in public higher education is undeniable. of the State of Maranhão.

**Keywords:** Student Assistance. Evaluation. UEMA.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Especialista em Gestão Universitária e Mestranda em Políticas Públicas. E-mail: bvps-brenda.s@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em avaliar o processo de implementação da assistência estudantil da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2018, com ênfase nos fatores que facilitam ou impedem o alcance dos resultados previstos pelo programa. Para alcançá-lo, utilizou-se como base histórica, teórica e metodológica o método crítico e dialético de Karl Mar e a avaliação do processo de implementação postulado por Draibe (2001).

A avaliação de políticas públicas passou a adquirir relevância e se firmar como campo de conhecimento da sociedade sobre si mesma e sobre os organismos político-administrativos do Estado nos últimos anos do século XX, especificamente a partir da década de 1990: A isso deve-se o momento de implementação do Estado Neoliberal que, a partir do Consenso de Washington, decidiu-se estabelecer para as políticas públicas (sobretudo nos países da América Latina) critérios como a eficiência e eficácia para obter financiamento de organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial.

Além disso, essa modalidade de pesquisa pode servir de suporte aos processos de tomada de decisão e como instrumento de controle social, possibilitando uma alternativa para contribuir com melhorias e enfrentamento dos desafios com os quais os implementadores se deparam e com os avanços democráticos no acompanhamento e controle das ações do Estado pela sociedade. Em suma, a avaliação de processos, especificamente o processo de implementação, se volta para o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas, e tem como objetivo principal detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitam ou impedem o alcance dos resultados que determinado programa pretende atingir (DRAIBE, 2001).

Destaca-se ainda que esta pesquisa se tratou de uma avaliação ex post, com duas fases distintas, porém complementares: bibliográfica e de campo. Como técnicas de pesquisa, utilizou-se também a observação e aplicação de entrevistas semiestruturadas com os gestores da política em questão. Portanto, este trabalho está dividido nas seguintes partes: introdução; a segunda, que apresenta sobre a educação superior e a assistência estudantil no Brasil; a terceira, que fala sobre pesquisa avaliativa; a quarta,

que expressa a pesquisa empírica deste trabalho e em seguida as considerações finais e referências

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL**

A educação Superior Pública, embora date sua origem em 1888, com a chegada da Família Real e criação das primeiras universidades, esteve por muitos momentos da história da sociedade brasileira permeada de restrições e acessível apenas às elites e frações da burguesia nacional, excluindo a classe trabalhadora em suas mais diversas expressões: mulheres, negros, LGBTI's, dentre outras intersecções.

Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 que essa modalidade de educação passou a ser reconhecida efetivamente enquanto parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas e de obrigação do Estado fornecê-lo de forma gratuita e universal.

Neste contexto, ganha destaque o período a partir de 2002 com o governo do Partido dos Trabalhadores, que mesmo em um período neoliberal, possibilitou uma série de avanços para a luta da classe trabalhadora, sobretudo no âmbito da educação com o chamado processo de “democratização da educação superior” foram possíveis. Assim, foi sugerido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Estudantis (FONAPRACE) o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que passou por revisão em 2004 e foi finalmente lançado em 2007, com a denominação de “Programa Nacional de Assistência Estudantil”, por meio de Portaria Normativa nº 39, do Ministério da Educação. Posteriormente, o mesmo foi promulgado em 2010, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

O PNAES tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, focalizando os estudantes de baixa renda. Com isso, em tese, procura-se a igualdade de oportunidades e contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. As ações são executadas pela instituição de ensino que recebe os recursos, sendo que esta deve também acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Assim, considera-se o PNAES enquanto uma Política Pública, sendo esta entendida enquanto:

Uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. [...] Seu desenvolvimento se expressa por momentos articulados e, muitas vezes, concomitantes e interdependentes, que comportam sequencias de ações em forma de respostas mais ou menos institucionalizadas a situações consideradas problemáticas, materializadas mediante programas, projetos e serviços. Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente a lógica da acumulação capitalista (SILVA E SILVA, 2001, p. 37-38).

Ainda conforme Silva e Silva (2013), as Políticas Públicas podem ser concebidas enquanto um processo, e o estudo deste processo focaliza a atenção sobre como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, considerando uma série de atividades que ocorrem no interior do sistema político. Assim, é “um conjunto de atividades que configuram movimentos, não lineares, mas articulados, interdependentes e, às vezes concomitantes” (idem, p. 22).

As Políticas Públicas são implementadas a partir de programas e projetos, a exemplo do PNAES a nível federal. Em relação às instituições estaduais, estas são autônomas para construir seus programas de assistência ao estudante. Com base nas pesquisas de Soares (2017) percebe-se que mesmo não possuindo estrita relação com a política nacional, as universidades estaduais se orientam pelos princípios da mesma, que consiste em permitir a permanência dos alunos mais vulneráveis socioeconomicamente na educação superior pública.

A educação tem papel importante no desenvolvimento da consciência crítica e da produção das condições favoráveis dos indivíduos e das sociedades. Nesse sentido, a universidade como um dos espaços públicos em que, privilegiadamente, podem e devem oportunizar reflexões, conhecimentos e técnicas das diferentes visões de mundo, tem enormes potencialidades e responsabilidades públicas. (DIAS SOBRINHO, 2015; RIBEIRO, 2017).

Logo, com o objetivo de fortalecer essa concepção de educação e Universidade, bem como mudar um quadro excludente de acesso e permitir à classe trabalhadora uma

formação intelectual humanística e crítica, que deve ser oferecida pelas Universidades Públicas, é que programas como o de assistência estudantil são importantes e se fazem necessários, e por este motivo devem ser implementados e avaliados. A seguir, apresenta-se o estudo realizado na instituição do Estado do Maranhão.

### **3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO NO ANO DE 2018**

A UEMA, campo da pesquisa empírica deste trabalho, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei 3.260 de 22 de agosto de 1972 para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. A FESM foi posteriormente transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, através da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi (SITE OFICIAL DA UEMA, s/d).

Dentre os objetivos e princípios institucionais conforme exposto no Estatuto da Universidade, aprovado pelo Decreto nº 15.581 de 30 de maio de 1997 e posteriormente atualizado, estão: promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A Universidade apresenta as Pró-Reitorias enquanto parte de destaque da estrutura administrativa da Universidade. As Pró-Reitorias são órgãos responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução, controle, supervisão e avaliação das atividades da UEMA. Até o ano de 2003, a assistência estudantil da Universidade era gerenciada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROG), e a parte da extensão pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG). A partir do Decreto 2003, foi estabelecida a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos estudantis (PROEXAE), unidade específica para os assuntos de assistência estudantil e extensão da Universidade. A esse respeito, cabe apresentar uma fala interessante de um dos gestores entrevistados:

“Por que surgiu o programa de assistência estudantil na UEMA? o quê que nós verificamos? Com a implantação do sistema de cotas, ocorreu uma mudança no perfil do estudante da UEMA. eu posso dizer que isso ocorreu a nível nacional. o quê que aconteceu? com o sistema de cotas, abriu-se a oportunidade da UEMA. A UEMA deu oportunidade para que estudantes de menor poder aquisitivo, com menores possibilidades de acesso a ensino superior [...] conseguissem chegar lá. Entrando na instituição, a UEMA estava garantindo (não somente) a entrada, mas a permanência desse estudante, ela era um pouco duvidosa, porque ele não dispõe de recurso, por exemplo, para se manter, se for um aluno do interior, se manter na capital com transporte, com alimentação e etc.”

Pode-se afirmar que esta consideração coincide com reflexões anteriores sobre o processo de “democratização da educação superior” e do resultado das lutas dos movimentos sociais feitas anteriormente. No caso específico, a fala do gestor se refere à “Lei das Cotas”, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 29 de agosto de 2012. Esta refletiu um compromisso explícito do Estado Brasileiro com segmentos historicamente excluídos (negros, indígenas, pobres) deste importante lugar social que é a universidade pública (SANTOS, 2012 apud NIEROTKA; TREVISOL, 2014).

Uma vez criada a PROEXAE (dada à necessidade de contemplar as demandas do público acima) ficou a cargo desta: dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os programas e projetos gerenciados pelas Coordenadorias integrantes da pasta que versam entre ações de assistência estudantil e extensão em desenvolvimento na UEMA. Para tanto, é dividida em coordenações, e entre estas está a Coordenação de Assistência ao Estudante, foco desta pesquisa.

Para fim desta pesquisa, foram entrevistados 02 (dois) gestores ligados diretamente à esta Coordenação a partir de roteiro semiestruturado, contendo 06 (seis) perguntas que oportunizaram aos mesmos responderem questões pertinentes à implementação da política de assistência estudantil na UEMA conforme a proposição dos descritores e indicadores utilizados para este tipo de avaliação, de acordo com os estudos de Draibe (2001).

A referida autora propõe uma metodologia de avaliação denominada “anatomia do processo geral de implementação”, que não se trata de uma “receita de bolo para os avaliadores seguirem à risca”, entretanto, é um modelo que apresenta o mínimo necessário para o processo de avaliação, conforme expresso em quadro a seguir:

**Quadro I:** Descritores e indicadores utilizados com base em Draibe (2001)

Nº	DESCRITORES	INDICADORES
1	SISTEMA GERENCIAL E DECISÓRIO (processo de gestão)	Competência dos gerentes; capacidade de implementar de decisões; graus de centralização/descentralização;
2	SISTEMA DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO	Diversificação de canais; suficiência e qualidade das mensagens; adequação de prazos; agilidade do fluxo;
3	PROCESSOS DE SELEÇÃO (DE AGENTES IMPLEMENTADORES E OU DE BENEFICIÁRIOS)	Publicização; competitividade do processo; qualidades dos sistemas de aferição de mérito; adequação do grupo selecionado aos objetivos do programa.
4	SISTEMA DE CAPACITAÇÃO	Competência dos monitores e duração e qualidade dos cursos: conteúdos; didáticas; avaliações dos beneficiados.
5	SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO INTERNA	Regularidade; abrangência; agilidade na identificação de desvios e correções; capacidade/agilidade em recomendar correções ( <i>feedback</i> ).
6	SISTEMAS LOGÍSTICOS E OPERACIONAIS	Suficiência dos recursos; prazos e fluxos; qualidade da infraestrutura e material de apoio.

Fonte: Draibe, 2001.

A autora alerta que tais sistemas se complementam e por esse motivo são indissociáveis; porém, por questões didáticas e para melhor compreensão do leitor, encontram-se separadas nesta pesquisa, conforme será visto abaixo na análise de dados:

#### **Sistema gerencial e decisório**

As políticas públicas ou programas sociais apresentam um corpo gerencial e decisório responsável direto pela sua gestão e consequentemente implementação. Nesse sentido, leva-se em consideração, por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, seus graus de centralização ou descentralização, de autonomia, ou dependência das partes, de um lado, e as características de gestão do tempo e a capacidade de implementar decisões. (DRAIBE, 2001).

A partir das entrevistas bem como do acompanhamento da rotina dos gestores durante as observações realizadas em lócus, foi possível concluir que os possuem de competência técnica (formação acadêmica com titulações de mestre e doutor), possuem autonomia para tomada de decisões, respeitando um modelo de gestão democrático e partilhado. Todavia, apresentam dificuldades na gestão do tempo para

desenvolver as várias atribuições que são de sua competência, conforme pode ser observado a seguir:

[...] Eu sou professora da instituição, eu estava avaliando dissertação de mestrado, eu sou orientadora, sou orientadora de TCC e tenho 13 atividades como professora então assim, minha vida é um pouco corrida (gestor 02).

CUNHA et al (2017, p. 01) Esclarece que os gestores universitários são em sua maioria “docentes que dividem em sua trajetória acadêmica atividades de formação, de pesquisador ou cientista, com a responsabilidade de administrar diversos sistemas e subsistemas universitários” Assim, encontram-se constantemente inseridos em uma difícil dualidade: as vantagens do cargo, que além da experiência em gestão, proporciona visibilidade ao docente gestor que se insere em espaços de discussão, favorecendo o reconhecimento profissional e em contrapartida encaram a possibilidade real do adoecimento docente.

#### **Sistema de divulgação e informação**

A sistemática com que se divulga determinada política ou que se apresentam suas informações é fundamental para a eficácia no processo de implementação, pois “parte do seu sucesso dependa da adequação dos meios de divulgação junto aos seus públicos externos e internos, bem como de informação qualificada [...] entre agentes implementadores e beneficiários” (DRAIBE, 2001, p. 32). Neste contexto, respondem os gestores:

“O programa é chamado de “PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”. Ele inclui benefícios que são obtidos através do critério socioeconômico e por critério universal [...] o aluno tem que se submeter a editais (gestor 02)

O nosso objetivo é fazer o máximo de divulgação possível nas redes sociais, no site oficial da UEMA, através do manual, através da itinerância da coordenação, ou seja, a gente está sempre buscando o contato direto com esse aluno para que as oportunidades não sejam negadas [...]; então, o nosso legado, a nossa política é tratar bem, receber bem e oportunizar para esse aluno todas as informações pra que o acesso não seja negado, exatamente por não ter essa informação. (gestor 02).

Durante observação em pesquisa de campo, foi possível averiguar que a divulgação dos editais bem como demais atividades que envolvem a assistência estudantil (palestras, rodas de diálogo para esclarecimento de dúvidas sobre os auxílios) são amplamente divulgados para a comunidade universitária, pois, para além da divulgação física em murais (expressa pelo gestor 02), há ampla divulgação nas páginas



oficiais das redes sociais Universidade e da Pró-Reitoria, respectivamente, que são alimentadas com informações regularmente.

De acordo com Abreu (2013), a divulgação dos serviços é de suma relevância no processo de implementação das políticas públicas, pois a informação é determinante para o acesso, e disponibilizá-las favoreceria condições de igualdade a quem tiver interesse em participar dos programas, projetos e serviços. Assim a UEMA cumpre a sua função, no sentido de socializar informações e possibilitar maior acesso aos serviços de AE da Universidade.

### **Sistema de seleção dos beneficiários e implementadores**

De modo geral, todo programa demanda a ação de agentes implementadores para execução e direção, assim como a seleção daqueles que serão público-alvo, isto é, beneficiários. Nesse caso, essas demandas exigem algum tipo de seleção, seja dos implementadores, seja dos usuários, pois caracteriza o foco de ação da política pública e tem extrema relevância para o alcance dos objetivos pretendidos (DRAIBE, 2001).

Em relação aos implementadores, a autora de referência afirma que a avaliação do subprocesso de seleção se preocupa na análise de como se deu o processo de seleção principal, levando em consideração fatores como o tipo de recrutamento, a divulgação dos processos seletivos, competência e mérito dos agentes implementadores. Na UEMA, foi possível perceber que os cargos máximos de gestão obedecem ao critério de nomeação de professores concursados da Universidade, mas que os demais implementadores da política possuem vínculo de trabalho por contratos, e não constatou-se um seletivo específico para este fim. Em contrapartida, os beneficiários passam por um amplo e rigoroso processo de seleção, que se inicia com a publicação de editais periodicamente lançados para esta finalidade.

### **Sistema de capacitação**

A capacitação dos gestores de uma política pública é um instrumento essencial para a organização dos processos. Nesse sentido, o desenvolvimento de pessoas torna-se estratégico, pois é por meio da aprendizagem que um profissional consegue desenvolver as habilidades e conhecimentos para executar com qualidade o seu trabalho. Dessa forma, a avaliação de capacitação se volta para a análise minuciosa dos conteúdos abordados na capacitação. Se estes foram capazes de preparar os agentes

implementadores. Neste aspecto, a UEMA não apresentou nenhuma iniciativa direcionada à capacitação dos agentes implementadores para o desenvolvimento dos serviços que oferecem aos estudantes beneficiários.

### **Sistema de monitoramento e avaliação interna**

Os sistemas internos de monitoramento podem ser entendidos como um conjunto de atividades articuladas de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de políticas públicas, de seus programas, produtos e serviços, com fins de subsidiar a tomada de decisões e aprimoramento da ação pública (LUSTOSA, 2020). Nesse sentido, seguem as falas dos gestores a respeito:

Quando [...] assumimos, em 2017, fizemos um estudo de viabilidade para examinar a possibilidade de ampliar algumas políticas. Havia uma demanda por parte dos alunos para ampliação do RU (Restaurante Universitário), para que neste Campus (Paulo XI) passasse a oferecer jantar e a criação de RU nos demais campi do interior do Estado. Porém, uma ampliação dessas requer recursos de construção e manutenção, inviáveis no momento. Assim, para suprir a demanda, ampliamos a quantidade de refeições ofertadas e foi criado o auxílio-alimentação (gestor 01).

[...] Com a mudança do perfil dos estudantes com esse acesso através das cotas, o programa vem exatamente como um fator de inclusão social, para garantir o acesso democrático e a permanência democrática através da igualdade de condições [...] com isso nós podemos promover a realização dos propósitos acadêmicos e a realização dos sonhos dos nossos alunos [...] a gente está ali sempre para colaborar e garantir cada vez mais a inclusão social dos alunos. Os objetivos estão sendo alcançados e a gente verifica isso por meio das avaliações (da política) que a gente faz (gestor 02).

Vaitsman (2006) afirma que o monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização.

Neste sentido a UEMA apresenta o “Anuário/Universidade Estadual do Maranhão”, que consiste em um documento de divulgação que contempla informações e indicadores das diversas áreas de atuação da instituição relacionadas ao Ensino, Pesquisa, Extensão, bem como aspectos voltados para Gestão Universitária, demonstrando sua preocupação com o monitoramento e avaliação interna e publicação dos resultados. Este aspecto pode ser percebido nos dados sobre a evolução da AE entre

os anos de 2014 a 2018, onde é possível perceber que em 04 (quatro) anos foram criados, além do Auxílio Alimentação, mais dois novos auxílios, que são o Auxílio Moradia e o Auxílio Creche, totalizando 03 (três) novos auxílios, uma significativa expansão da política na UEMA.

#### **Sistemas logísticos e operacionais**

Draibe (2001) afirma que o gerenciamento do serviço público requer atenção sobre a produção de bens articulando-se aos objetivos estratégicos do programa, uma vez que grande parte das políticas públicas depende da movimentação de materiais, documentos, informações e pessoas. Dessa maneira, independentemente de como os programas são financiados, a pesquisa avaliativa deve buscar compreender se os recursos financeiros são suficientes para atender ao que o programa se propõe, além de analisar se devem ser maximizados e ainda se foram compensados nos prazos adequados.

Neste ponto, destaca-se o principal desafio da AE da UEMA, que foi elencado pelo gestor 01. Este relatou que uma das grandes reclamações dos alunos são os atrasos de pagamento das bolsas, que por vezes acontece. O mesmo reconheceu que os atrasos se dão por questões burocráticas de repasses de recursos, todavia garantiu que a Instituição se compromete continuamente com o fato de sempre ampliar a cobertura dos auxílios, bem como evitar todo e qualquer contingenciamento de bolsas.

#### **4 CONCLUSÃO**

O objetivo deste artigo foi avaliar o processo de implementação da assistência estudantil da Universidade Estadual do Maranhão no ano de 2018, com ênfase nos fatores que facilitam ou impedem o alcance dos resultados previstos pelo programa. Diante do exposto, observa-se como resultados que em relação aos sistemas de gestão, informação/divulgação e monitoramento/avaliação, a Universidade apresenta resultados de grande expressividade e alcance, contribuindo para o bom andamento da política.

Todavia, em relação aos sistemas de seleção de agente implementadores e beneficiários e logísticos/operacionais, é possível apreender que a Universidade

Estadual apreende apenas parcialmente aos indicadores. Por fim, no que tange ao sistema de capacitação, a UEMA não cumpre aos anseios dos indicadores estabelecidos. Logo, embora satisfatória em muitos aspectos, é urgente o investimento em qualificação dos agentes implementadores da política, além do aumento do quadro de profissionais para a seleção dos beneficiários, que atualmente conta com apenas uma assistente social.

Presume-se ainda que as dificuldades no que tange aos não fogem à lógica dos desafios das demais políticas públicas presente no Estado Capitalista contemporâneo, que tem relação direta com gestão de recursos públicos, ou seja, o financiamento das políticas públicas é uma dificuldade real em todos os âmbitos. Porém, é inegável a grande contribuição que as ações de assistência estudantil da UEMA têm tido para a permanência dos estudantes na educação superior pública do Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. Avaliação da implementação da política de assistência ao estudante no contexto de expansão da educação profissional e tecnológica no Maranhão. *In Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.17, n.1, p. 59-68, jan./jun. 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição Federal do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. PNAES, 2010.

CUNHA, Kamylla S. et al. Gestão universitária: contribuições para enfermeiros docentes gestores. *In Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 70, n. 5, set./out. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672017000501069&script=sci\\_artt ext&tIng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672017000501069&script=sci_artt ext&tIng=pt). Acesso em: 10 nov. 2019

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. *In Avaliação*, Campinas- Sorocaba. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 195- 224, mar. 2010.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p.

LUSTOSA, Lucas Guimarães. **Avaliação do Processo de Implementação**: abordagens conceituais e metodológicas. Artigo não publicado, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Portal do MEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 12 maio 2017.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitório. **A “Lei das Cotas” e a democratização do acesso ao ensino superior**: análise da experiência da UFFS. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: teoria e prática. São Paulo: Ed. Veras, 2001.

SOARES, Brenda Vanessa Pereira. Mulheres-mães-estudantes, assistência estudantil e creche: um debate necessário na Universidade Federal do Maranhão - Cidade Universitária Dom Delgado. 2017. **Trabalho de Conclusão de Curso**. (Bacharelado em Serviço Social) –Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. **Regimento das Pró- Reitorias**. São Luís: 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. **Anuário 2018**. São Luís, 2018.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais**: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. UNESCO, 2006.